



POLÍTICA EUROPEIA DE VIZINHANÇA:
QUESTÕES POLÍTICAS

**INTERESSES
COMUNS, VALORES
PARTILHADOS**

Política Europeia de Vizinhança

ec.europa.eu/world/enp

Comissão Europeia
Direcção-Geral
das Relações Externas
B – 1049 Brussels
enp-info@ec.europa.eu

NF-30-08-052-PT-D

Ajudar a Ucrânia a lidar com os fluxos migratórios

A Ucrânia partilha cerca de 500 quilómetros de fronteira oriental com a UE. Além disso, faz fronteira com três países não comunitários, incluindo uma fronteira de 1500 km com a Federação da Rússia. A sua situação geográfica torna-a o local de passagem ideal da migração ilegal para a União – mais de 30 000 migrantes não registados tentaram entrar no país em 2007 –, o que exerce grande pressão nos recursos do país.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia e outras autoridades cooperam com a Organização Internacional para a Migração (OIM) num programa apoiado pela UE com vista a melhorar a capacidade do governo de gerir os fluxos migratórios.

O programa apoia um amplo leque de actividades, desde a criação de infra-estruturas físicas até formação e investigação, a fim de ajudar a Ucrânia a desenvolver um sistema abrangente para gerir a migração.

Progressos na gestão das fronteiras

O programa oferece igualmente formação para melhorar as competências dos guardas fronteiriços e outras pessoas que tratam de migrantes. A polícia de fronteira ucraniana trabalha com as suas congéneres húngara e polaca no que respeita ao recrutamento, formação e sistemas de progressão na carreira, bem como na melhoria da legislação.

“Estes projectos foram os alicerces de um moderno sistema de gestão de recursos humanos”, afirma Jeffrey Labovitz, do OIM, o observatório da migração internacional. “O OIM congratula-se com os esforços ucranianos de reforma em conformidade com as normas da UE. Juntos podemos assegurar que a nossa assistência lança as bases para a alteração fundamental que o serviço visa atingir”.

“Este é um dos primeiros programas que não se limita a fornecer equipamento”, observa Oleksandr Panchenko, da polícia de fronteira ucraniana. “Os relatórios preparados pelos peritos da UE ajudam a aumentar as nossas capacidades e competências. Temos uma estratégia que harmonizará as nossas normas com as normas comunitárias até 2015”.

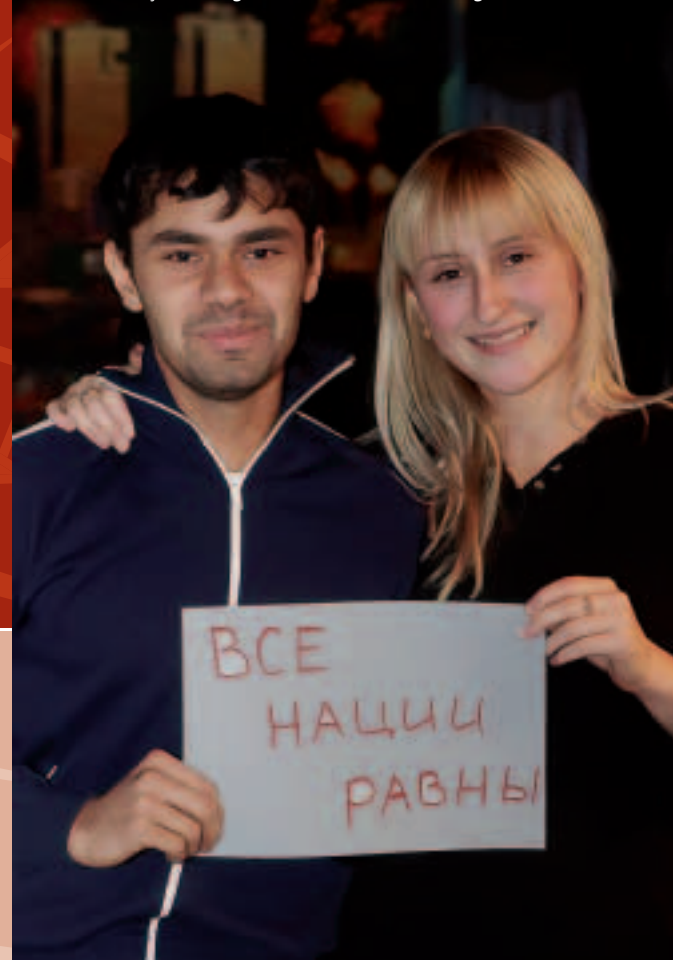
Decidir informadamente

Milhões de ucranianos trabalham actualmente no estrangeiro e muitos outros são atraídos pela ideia. Todavia, muitos partem ilegalmente, o que os deixa vulneráveis à exploração dos traficantes de seres humanos e dos empregadores sem escrúpulos. Os Centros de aconselhamento para migrantes (CAM) ajudam os ucranianos a tomarem decisões informadas e disponibilizam-lhes apoio jurídico e prático.

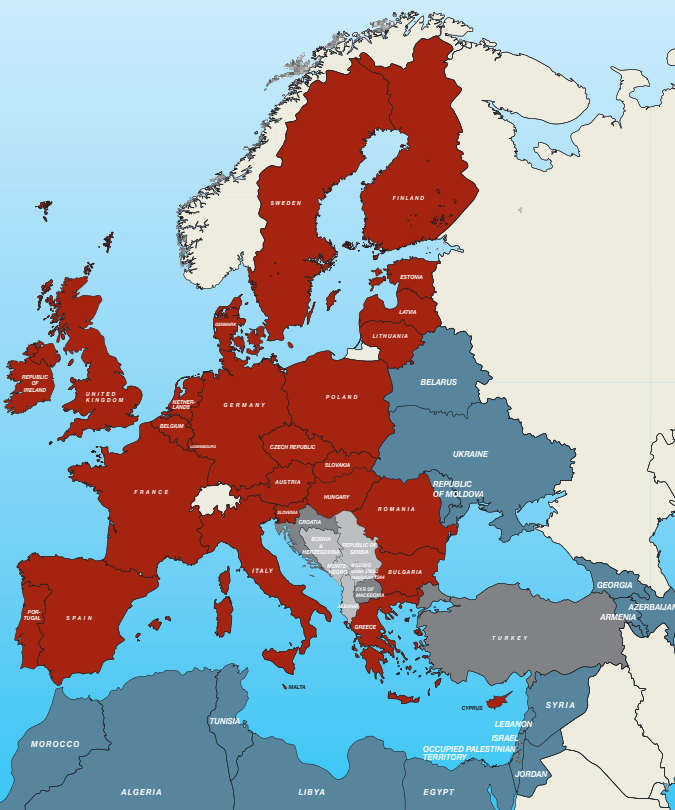
Com a ajuda destes centros, centenas de ucranianos encontraram oportunidades de trabalho legal no estrangeiro e conseguiram resolver situações difíceis. Oleg, que uma vez perdera uma quantia de dinheiro significativa a perseguir um emprego falso no estrangeiro, conseguiu encontrar um emprego decente e legal na República Checa.

Natalya, embora a trabalhar legalmente na Dinamarca, viu um empregador local recusar-se a pagar os seus salários. O CAM deu-lhe o contacto de um serviço dinamarquês de aconselhamento jurídico gratuito para migrantes que resolveu o conflito.

“Todas as nações são iguais” – Feira do Dia dos Migrantes



- Estados-Membros da UE
- Países parceiros da PEV
- Países candidatos à adesão à UE
- Países candidatos potenciais à adesão à UE



COMISSÃO EUROPEIA
Relações Externas



A maior parte dos cidadãos da União Europeia é a favor de uma cooperação mais estreita com os países vizinhos, de acordo com um inquérito recente. Os cidadãos acreditam que relações mais fortes podem reforçar a paz e a democracia.

É precisamente esta a ideia que defende a Política Europeia de Vizinhança (PEV). Criada em 2003/2004 com o objectivo de aproximar a UE alargada dos nossos vizinhos, a PEV pretende adoptar medidas concretas para apoiar as reformas e aumentar a prosperidade: para melhorar a vida quotidiana das pessoas na nossa vizinhança.

Como funciona? A UE e cada um dos seus vizinhos definem as condições para criar relações mais próximas e apoiar reformas durante um período de três a cinco anos. Os compromissos conjuntos são explicados nos designados Planos de Acção. São disponibilizados conhecimentos técnicos e financiamento (quase 12 mil milhões de euros de 2007 a 2013) através do “Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria” (IEVP) para apoiar a modernização e a reforma.

Ideais em acção

A democracia e os direitos humanos são valores fundamentais da União Europeia. Além disso, o Estado de direito é indispensável para a prosperidade e o desenvolvimento sustentável a longo prazo. Por estes motivos, a Política Europeia de Vizinhança baseia-se num compromisso mútuo com vista a promover a democracia e os direitos humanos.

A UE apoia os governos parceiros e a sociedade civil nos seus esforços de reforma política, por exemplo, reformas legislativas, garantia da liberdade de imprensa, ajuda às vítimas da opressão política ou combate contra a tortura.

O Plano de Acção PEV acordado conjuntamente permite que cada país se centre nas prioridades mais importantes. O diálogo político sobre questões de interesse mútuo como, por exemplo, a migração e o terrorismo, é igualmente uma parte importante da Política de Vizinhança.



Transformar um legado doloroso

Os designados “Anos de Chumbo”, que prevaleceram entre as décadas de 1960 e 1980, foram um capítulo difícil da História moderna de Marrocos. Esse período testemunhou a perseguição sistemática de dissidentes e medidas repressivas em larga escala contra as vozes discordantes.

Actualmente, como parte dos seus esforços de democratização, o rei de Marrocos, Mohammed VI, procura curar as feridas provocadas por este período doloroso. Desde 2004, a Comissão de Equidade e Reconciliação ajudou a reconciliar e a indemnizar as vítimas de abusos e de atrocidades.

Mas não foram só as pessoas que sofreram durante os Anos de Chumbo. Algumas regiões rebeldes foram objecto de uma política socioeconómica negligente que atrasou o seu desenvolvimento. Uma dessas zonas foi o bairro operário de Mohammadi, em Casablanca, centro comercial de Marrocos.

Tal como noutras zonas do país, a UE apoia uma iniciativa multifacetada com vista a recuperar e rejuvenescer este bairro outrora dinâmico, o qual deu a Marrocos muitos dos seus nomes sonantes na literatura, música, arte e desporto.

Reparar os danos

“Apoiamos projectos que ajudem a reparar os danos provocados a esta comunidade, por exemplo, associações de mulheres e jovens, associações de condomínios, centros de saúde e centros culturais”, explica Fatna el-Bouih, uma activista de direitos cívicos e antiga dissidente que coordena o comité. “A minha função é assegurar que todos estes projectos se complementam.”

A recuperação do centro de juventude local, criado na década de 1950, é um dos projectos que recebeu apoio. “No passado, este centro formou gerações de actores, poetas, escritores e dramaturgos”, declara orgulhosamente um dos voluntários.

Actualmente, o centro, em evolução para satisfazer as necessidades de uma nova geração, é de novo uma “tábua de salvação” para os jovens no bairro empobrecido. Aqui, rapazes e raparigas podem praticar vários desportos, desde voleibol até wrestling, frequentar aulas de música com músicos consagrados, participar em eventos culturais e até mesmo aprender *hip hop* e *break-dancing*.

Apoiar a criação de uma imprensa livre

Embora a liberdade de imprensa tenha evoluído na Jordânia, a legislação complexa, as ambiguidades jurídicas e a falta de sensibilização da lei podem levar os jornalistas, ainda que involuntariamente, a infringir as regras.

Dado o importante papel dos meios de comunicação social, é essencial que os jornalistas jordanos recebam protecção jurídica adequada para realizar a sua actividade profissional sem medo de represálias. “Os meios de comunicação social são a pedra angular da reforma e da democracia”, afirma Nidal Mansor, presidente do Centro para a Defesa da Liberdade dos Jornalistas (CDLJ). “Por esse motivo, decidimos criar uma unidade para defender os direitos legais dos jornalistas”.

Defensores dos direitos

Com o apoio da UE, em 2002, o CDLJ criou uma unidade para apoio jurídico dos meios de comunicação social, a Melad, que significa “nascimento” em árabe. “A Melad é um verdadeiro nascimento. Trata-se do nascimento de algo de novo para os jornalistas depois de anos de luta. A unidade é o primeiro projecto que disponibiliza apoio jurídico gratuito no mundo árabe”, observa Mansor.

A Melad não só representa os jornalistas pro bono (mais de 50 casos apenas em 2007), como também lhes disponibiliza serviços de consultoria gratuitos e informação e formação sobre os seus direitos legais.

A unidade realiza igualmente campanhas de sensibilização, na Jordânia e noutros países árabes, para tentar melhorar o contexto jurídico e aproximá-lo das normas internacionais. Esta actividade inclui propostas de legislação e alterações a leis em vigor que limitem a liberdade de imprensa. “Quando propusemos recentemente um projecto-lei alternativo para a imprensa, os membros conservadores do Parlamento foram surpreendidos por este novo tipo de intervenção”, recorda Mansor.

A Melad procura igualmente ter um âmbito mais abrangente em todo o mundo árabe. “Gostaríamos de transformar a Melad num projecto regional que abrangesse os países com liberdades de imprensa idênticas como, por exemplo, Egipto, Marrocos e Líbano”, defende Mansor.

Quebrar o tabu da tortura

No passado, os direitos humanos na Jordânia foram alvo de crítica internacional e a tortura foi identificada como um dos problemas nesse domínio. Após um relatório do Relator Especial da Nações Unidas sobre tortura, em 2006, o governo jordano e a sociedade civil decidiram duplicar os seus esforços no sentido de eliminar esta prática.

Na primeira linha desta campanha encontra-se a organização não governamental (ONG) jordana, Adaleh (“Justiça”), que lançou um projecto apoiado pela UE para acompanhar os casos de abuso e para defender o fim da tortura. “A tortura é uma questão sensível na Jordânia e os jordanos consideram difícil aceitar que ainda é praticada”, explica Luna Sabbah, da Adaleh. “Somos a primeira ONG local que aborda esta questão, por esse motivo temos que ser prudentes”.

A céu aberto

“O facto de termos envolvido na nossa causa o ministro da Justiça, a sociedade civil, a polícia e os serviços de segurança, os médicos forenses, os funcionários governamentais e outras partes interessadas, constitui um grande feito”, salienta Sabbah.

Além disso, a Adaleh elaborou o primeiro relatório local abrangente para identificação de incidentes de tortura que tenham ocorrido de modo a que seja possível adoptar medidas para evitar futuras ocorrências.

“E pela primeira vez, a Jordânia introduziu uma definição jurídica de tortura na sua legislação”, declara Talib el-Saqqaf, um advogado jordano líder em matéria de direitos humanos que participou activamente na elaboração do relatório.

“Não existe tolerância para a tortura entre os jordanos comuns e os meios de comunicação social interessaram-se pelo nosso trabalho”, acrescenta el-Saqqaf.

A Adaleh está a explorar essa simpatia. “Estamos a criar uma ampla associação para combater a tortura e sensibilizar as pessoas para esta questão”, afirma Sabbah. El-Saqqaf acrescenta: “Também tencionamos criar um sistema de controlo e documentação com a colaboração das ONG e do poder judiciário”.

